

e uma nova ordem na cidade esteja sendo construída sob inspiração dos novos interesses presentes na acumulação urbana. A tolerância e a permissividade estão sendo substituídas pela delimitação, estigmatização e exclusão dos espaços populares, crescentemente identificados como razão e fonte das ameaças à “boa ordem do mercado e da cidade competitiva”. Indícios? – a difusão da “cultura do medo”, a adoção da “linguagem dos riscos” e a hegemonia do “discurso da ordem”, temas recorrentes nos noticiários sobre a violência dita “urbana”, as enchentes e os desmoronamentos, e nos documentos que apresentam as novas estratégias de salvação da cidade, brandidas pelos agentes que se que-rem estratégicos.

Luiz César de Queiroz Ribeiro é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O ESPAÇO DE EXCEÇÃO

Frederico de Holanda

Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Claudia Loureiro

Brasília é um espaço de exceção. Esta é a tese demonstrada por Frederico de Holanda em seu trabalho. Aparentemente esta é uma afirmação óbvia. Ninguém contesta que Brasília seja um espaço excepcional e de exceção e muitos outros trabalhos demonstram esta característica. É excepcional por ser única, singular, por ser grandiosa, por ser monumental. É de exceção por ser um destes espaços burocráticos, desenhados para ser cenário de rituais e cerimoniais do poder que dirige a nação, ou seja, desenhado para ser usado por presidentes, ministros, legisladores, militares, visitantes ilustres como primeiros-ministros, reis, príncipes, embaixadores e diplomatas para o exercício do poder. Assim, tem um significado político distintivo – um espaço desenhado para o desempenho de rituais políticos perante uma audiência. Esta é a definição de espaço cívico dada por Goodsell, referindo-se a todo espaço fechado, como câmaras ou salas de audiência, onde rituais políticos acontecem.¹ Neste sentido, Brasília é

¹ Goodsell, C. *The Social Meaning of Civic Space: Studying Political Authority through Architecture*. Kansas: The University Press of Kansas, 1988.

excepcional por estender esta característica para além do espaço fechado da sala cerimonial dos palácios, abrangendo todo o espaço público de uma cidade, e para uma audiência que é formada por toda a população de uma nação.

O trabalho de Frederico de Holanda é também excepcional. Ele foge do lugar-comum da descrição dos aspectos superficiais deste espaço de exceção, do significado simbólico de seus edifícios, desenhados para comunicar e revelar noções nem sempre bem-aceitas de autoridade política, para mostrar como o espaço de exceção é um problema particular da relação entre atributos sociais e atributos espaciais e que a semântica deste tipo de espaço – o que ele significa – está, em grande medida, contida na sua sintaxe.

Sintaxe é a palavra chave de toda a demonstração da tese de Holanda. Sintaxe espacial significa a configuração espacial – um sistema relacional que estrutura padrões físico-espaciais e expectativas sociais de diversos tipos. Configuração, mais que relações puramente espaciais, representa relações entre relações.

Holanda demonstra como este fenômeno socio-espacial, a construção de lugares especiais, fisicamente isolados e que incorporam dimensões superestruturais de ordem social, é recorrente na história dos assentamentos humanos, e, neste sentido, semelhanças estruturais entre Brasília e outros exemplos de espaços de exceção, como centros cerimoniais pré-colombianos, assentamentos reais-militares africanos e castelos feudais franceses, são exploradas.

O estudo comparativo entre estes espaços de exceção permite ao autor, apoiado numa teoria descritiva do espaço (Teoria da Sintaxe Espacial), definir as variáveis de análise de forma objetiva e sistemática, permitindo o estabelecimento de categorias próprias de um campo de conhecimento específico – a Arquitetura. Categorias assim definidas são utilizadas para demonstrar a tese por oposição ao que não é. Um mesmo conjunto de variáveis é utilizado para determinar os atributos arquitetônicos que permitem assentar diferenças e semelhanças entre manifestações e estabelecer relações.

Assim, Holanda despe-se das asas de Dédalos, abandona a visão de Dédalos para se colocar no lugar de Teseu que, com a ajuda do novelo de Ariadne, desvela os mistérios do labirinto. Dédalos representa o arquiteto do rei, responsável pela ordem somente

apreensível “de cima”, visão tradicionalmente própria dos deuses, os únicos com o direito a deter o conhecimento. Teseu representa a pessoa comum, que precisa, no seu cotidiano, de pistas para chegar ao conhecimento. O novelo, o fio condutor, é a sintaxe espacial que, como meio, orienta, de uma visão local, o alcance deste conhecimento, que se refaz a cada passo e que não é apreendido de uma só vez, sendo, portanto, dependente da posição em cada instante e da relação com o que ficou para trás, prenunciando o que vem pela frente.

A análise do fenômeno é conduzida com base em três níveis analíticos – padrão espacial, vida espacial, vida social – e traz para primeiro plano os aspectos de co-presença do desempenho espacial. Atributos espaciais e atributos sociais são então definidos de forma a permitir que relações entre espaço e sociedade, esta entendida como um sistema de possibilidades de encontro, sejam estabelecidas. Padrões espaciais são analisados como estruturas de barreiras e permeabilidades, que controlam movimento. O segundo nível, o da vida espacial, trata do arranjo entre pessoas, ou melhor, do sistema de encontro entre pessoas, pelo qual regras são estabelecidas quanto à frequência, objetivos, densidade. Por fim, o terceiro nível trata da classificação dos agentes sociais com relação a dimensões infra-estruturais e superestruturais da ordem social.

Urbanidade e formalidade são dois pólos da escala de relações entre atributos sociais e espaciais, tidos pelo autor como dois paradigmas. O paradigma da formalidade, sendo o espaço de exceção um caso peculiar deste, caracteriza-se como o domínio dos produtores e reprodutores de sistemas de idéias e de arranjos sociais hierárquicos, em que grupos fortemente classificados (o limite entre grupos sociais é fortemente definido e impermeável) exercem práticas políticas, cerimoniais e econômicas em tempos e lugares exclusivos. O padrão espacial correspondente caracteriza-se pela separação física entre espaços cerimoniais e espaços seculares, resultando em pouca densidade, baixa frequência de encontros e áreas livres maximizadas. O extremo da formalidade é representado, no Distrito Federal, pela Esplanada dos Ministérios.

Por outro lado, urbanidade se define, do ponto de vista espacial, por continuidade, densidade e mistura de funções, papéis e rituais, indicando negociação ao contrário de conformação, aceitação, sujeição – participação e não o ato de testemunhar. Espaço cerimonial

e profano não necessariamente apresenta uma clara definição; espaços livres são delimitados por edificações nas quais é direto e freqüente o contato entre interior e exterior. O extremo da urbanidade no estudo de Holanda é representado pelo assentamento de Paranoá.

Entre estes dois pólos são estabelecidas diferenças quanto aos três níveis de análise para mostrar que, para além da monumentalidade do primeiro pólo, o que define sua formalidade está impregnado na sua própria estrutura espacial, ou seja, ele é formal antes mesmo de ser visto como tal. E, também, que a estratégia particular utilizada na Esplanada para obter a almejada monumentalidade como expressão palpável, como pretendia Lúcio Costa, é, ao contrário de uma estratégia natural, apenas um dos caminhos possíveis. De fato, Holanda refere-se, por exemplo, à Piazza San Marco, em Veneza, ou ainda à Piazza Della Signoria, em Florença, como exemplos de monumentalidade obtida por meio de princípios configuracionais totalmente distintos.

Para Lúcio Costa, “cidade é a expressão palpável da humana necessidade de contacto, comunicação, organização e troca, numa determinada circunstância físico-espacial e num determinado contexto histórico”.² Os aspectos ressaltados neste pequeno trecho de Lúcio Costa destacam um dos atributos que qualificam o desempenho espacial tanto da *Urbs* quanto da *Civitas*, para que objetivos e expectativas sociais logrem ser alcançados: estamos falando dos aspectos de co-presença, ou, melhor dizendo, da capacidade do espaço em gerar, possibilitar, facilitar a presença de pessoas, base para que contato, comunicação, organização e troca se realizem. Este é o ponto central do trabalho de Holanda.

Nos últimos anos, a sintaxe espacial vem sendo desenvolvida no Brasil, e Frederico de Holanda é um de seus pioneiros, pioneirismo este que levou a associar este tipo de estudo à sua pessoa – durante muito tempo falar em sintaxe espacial significava falar do seu trabalho (Ah! Aquela “coisa de Fred”). A “coisa de Fred”, por outro lado, tem hoje um já razoavelmente consolidado grupo de pesquisadores, em diversas universidades brasileiras, que aplica a teoria e a técnica de análise associadas a este tipo de estudo configuracional a conjuntos habitacionais, espaço doméstico, edifícios complexos, estudo das transformações das cidades.

² Costa, L. *Registro de uma vivência*. 2.ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

O trabalho sistemático destes pesquisadores tem produzido importantes resultados que alimentam, tanto teórica quanto metodologicamente, esta área de estudos. Este é o caso do presente trabalho de Holanda, que não se furta a indicar limitações da teoria e da metodologia: ele as utiliza criticamente, abrindo caminho para posteriores pesquisas, numa atitude verdadeiramente científica.

Destarte, o Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, conferido pela ANPUR à tese, não só é um reconhecimento das qualidades de pesquisador de Holanda. Ele representa, ainda, o reconhecimento da importância de uma área de estudos e uma esperança para uma, cada vez maior, comunidade de pesquisadores. Neste sentido, todos nós fomos premiados e ficamos aguardando ansiosos a publicação do livro de Holanda pela Editora Universidade de Brasília.

Claudia Loureiro é mestre em Arquitetura e Urbanismo e professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

FRAGMENTAÇÃO DA NAÇÃO

Carlos Américo Pacheco

Campinas: Unicamp. IE, 1998.

Leonardo Guimarães Neto

O estudo de Carlos Américo Pacheco, *Fragmentação da nação*, tem méritos indiscutíveis. Em primeiro lugar, pela análise adequada da trajetória das regiões brasileiras nas últimas décadas e, simultaneamente, pela avaliação pertinente das discussões, entre diferentes autores, dessa trajetória das economias regionais brasileiras. Em segundo, por conduzir, no final do trabalho, a uma discussão de aspectos relevantes de uma nova fase pela qual estaria passando o país e as regiões, que constituem, nos dias atuais, os pontos centrais do debate sobre a questão regional brasileira nesse processo de inserção crescente do país numa economia mundializada.

O primeiro aspecto, relativo ao estudo da trajetória regional recente, é realizado nos três capítulos que se seguem à grande introdução (Capítulo 1) do livro. O Capítulo 2 refere-se à dimensão regional do desen-

volvimento brasileiro nas últimas décadas; nele o autor trata a questão da perspectiva macroeconômica e examina, em particular, a trajetória das regiões, associando-a aos condicionantes da política econômica e ao movimento cíclico da economia nacional. A desconcentração espacial ocorrida nos anos 70 e a crise e instabilidade dos anos 80 e 90 constituem os pontos centrais do referido capítulo. No Capítulo 3, esta perspectiva mais ampla, macroeconômica, é completada pelo exame pormenorizado dos segmentos produtivos mais relevantes no interior dos grandes setores (indústria extrativa, indústria de transformação e a agropecuária), que ajuda a entender a complexidade dos processos ocorridos e a crescente heterogeneidade que passa a existir nas diferentes regiões brasileiras, em particular as de menor nível de industrialização e de menor renda *per capita*. Finalmente, o Capítulo 4 busca mapear a dinâmica regional com base nas articulações dos diferentes espaços considerados na análise, por meio do comércio inter-regional e internacional. Este é o núcleo central do trabalho, que é antecedido por uma introdução que prepara o terreno para a compreensão da abordagem adotada nesta parte central, e seguido por um capítulo no qual é realizado um esforço de síntese (Capítulo 5) que conduz ao exame dos “dilemas da nova problemática regional”, que dizem respeito à especialização e fragmentação do espaço econômico nacional.

Como se fez referência, os capítulos centrais do estudo apresentam não só a descrição e a interpretação das trajetórias econômicas das regiões e espaços significativos do país, mas fazem o balanço das várias interpretações a respeito da evolução das economias regionais, que desenvolvem o esforço de identificar os determinantes desta evolução. Neste particular, deve-se considerar um aspecto da abordagem do autor que, certamente, é um ponto alto do seu trabalho: o esforço de apresentar uma interpretação das mudanças ocorridas na distribuição espacial da atividade produtiva por meio do estudo de uma multiplicidade de aspectos e processos que estão seguramente presentes numa estrutura produtiva da complexidade da brasileira. Neste particular, ao fugir da prática cada vez mais comum entre os economistas de reduzir a abrangência de suas interpretações a umas poucas “variáveis” ou determinantes – geralmente pelo uso de modelos econométricos que reduzem a dinâmica social a um par de relações –,